



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

**TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**1. REFERÊNCIA**

- 1.1. Contratada: CÂMARA NACIONAL DO LIVRO (CBL) - CNPJ: 60.792.942/0001-81  
1.2. Contratante: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

**2. OBJETO**

- 2.1. O objeto compreende a contratação de serviços de catalogação e fornecimento de Números Internacionais Padronizados – Internacional Standard Book Number (ISBN) para as publicações produzidas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

**3. VALOR GLOBAL ESTIMADO**

- 3.1. **R\$ 3.288,00** (três mil, duzentos e oitenta e oito reais).

**4. JUSTIFICATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO DECORRE DOS SEGUINTE MOTIVOS:**

- 4.1. Nos termos do Despacho nº 98610/2025-MMA (SEI nº 2171390), no que concerne à justificativa de preços citada no item 5.4 da Nota Técnica e Pesquisa de preços nº 69/2025 (SEI nº 2165055), esclarece que, diante da impossibilidade de competição no mercado, em virtude da CBL ser fornecedor exclusivo do ISBN no Brasil, seguindo os preceitos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020, Art. 7ª, Inciso II, os processos de inexigibilidade de licitação deverão ser instruídos com a devida justificativa de que o preço ofertado à administração é condizente com o praticado pelo mercado, em especial por meio de "*tabelas de preços vigentes divulgadas pela futura contratada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo data e hora de acesso*", conforme consta da pesquisa realizada no endereço eletrônico com os valores praticados da CBL: <https://www.cblservicos.org.br/precos/>, em 06 de novembro de 2025 (SEI nº 2143200).

- 4.2. Assim, consta nos autos a justificativa do preço, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020.

**5. AMPARO LEGAL**

- 5.1. Contratação por inexigibilidade de contratação, com fulcro no Inciso I, Artigo 74, da Lei nº 14.133/2021.

**6. VIGÊNCIA**

- 6.1. Por 12 meses, contados da data da emissão da Nota de Empenho, com fulcro no Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

**7. RECONHECIMENTO E AUTORIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE**

- 7.1. Em atendimento às exigências do Inciso VIII, Artigo 72, da Lei nº 14.133/2021, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 02000.014152/2025-81, **AUTORIZO** a presente Inexigibilidade de Licitação, amparada no no Inciso I, Artigo 74, da Lei nº 14.133/2021, para a contratação do objeto deste Termo.

**8. AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO**

8.1. Em vista da necessidade apresentada, nos termos do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, combinada com a subdelegação de competência estabelecida §1º do Art. 5º PORTARIA GM/MMA Nº 1.024, DE 01 DE ABRIL DE 2024, publicada no Diário Oficial da União de 02 de abril de 2024, seção 1, **AUTORIZO** o objeto da demanda descrita no item 2.

8.2. Ressalto, que a presente autorização constitui ato de governança das contratações estritamente relacionado a uma avaliação sobre a conveniência da despesa pública, não envolvendo a análise técnica e jurídica do procedimento, nem implicando ratificação ou validação dos atos que compõem o processo de contratação.

**ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA**

Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz de Oliveira**, Subsecretário(a) de Planejamento, Orçamento e Administração, em 18/12/2025, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2181743** e o código CRC **2354891E**.